

O debate sobre Desenvolvimentismo na Escola Superior de Guerra (1949-1964)

Thiago da Costa Amado

Universidade de São Paulo

thiago.c.amado@gmail.com

Fundada em 1949, como produto da Guerra Fria, a Escola Superior de Guerra (ESG) foi organizada como um centro de formação de elites civis e militares. Autointitulando-se um “instituto de altos estudos”, a Escola se tornou um espaço importante para pensar problemas e projetos relacionados aquele momento de tensão mundial. Entre eles: o desenvolvimentismo. Através de um dos principais cursos da instituição, o Curso Superior de Guerra (CSG), membros da ESG discutiram e rediscutiram várias propostas de desenvolvimento econômico. A discussão do Curso esteve, sempre, inserida em uma agenda mais ampla, que mobilizou tanto atores como instituições que operavam para além das fronteiras nacionais. Isso acabou por atrelar a instituição a um circuito transnacional. Identificar este circuito, os pressupostos pelos quais se estruturou e as maneiras como sustentou as discussões no CSG são os objetivos das linhas que se seguem.

Desenvolvimento no Curso Superior de Guerra

Em 1954, durante uma conferência no Curso Superior de Guerra, onde procurava decompor as partes que formavam a Guerra Total, o general Álvaro Fiúza de Castro afirmou:

“Muito embora o valor cultural deste auditório, afeito aos problemas da guerra, parece não ser demais frisar o que já referi em palestras anteriores, isso é, que o potencial econômico de uma Nação encerra a principal garantia de sua segurança e o apoio capital para a aplicação de sua política estatal. É, sem dúvida, o ponteiro que regula a sua Estratégia Geral; e, em tal sentido, basta assinalar o que traduziu o potencial dos EUA na última Grande Guerra e, mais ainda, o que ele ora representa em prol da política democrática que compartilhamos por força da tradição, de mentalidade liberal e ideais doutrinários”.¹

As palavras do General eram claras: a economia era assunto de segurança nacional. Fortalecer suas bases e estruturas era parte indispensável da preparação do país para o enfrentamento das novas escalas e dimensões nas quais a guerra era realizada. Não foi outro o motivo pelo qual a organização econômica se tornou um dos elementos centrais nas

¹ Castro, Álvaro F. (1954). A Guerra Total. Estratégia Geral e Princípios. (Folheto). C – 20 – 54. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 11.

discussões da Guerra Fria: a economia era um dos lugares onde se travava o conflito. Também na economia a guerra acontecia: dela dependia a vitória do mundo democrático liberal, com suas promessas de instauração da modernidade.

Ancorado nas premissas das teorias de modernização, o conceito de “desenvolvimentismo” tornou-se, ao longo dos anos 1950 e 1960, o eixo para pensar a economia. O leitor que se dispuser a percorrer a bibliografia essencial do período não terá dificuldade em corroborar a afirmativa. Basta que observe os títulos. Isso não significa, é claro, que as análises sejam todas iguais. Existem diferenças significativas, com nuances nada desprezíveis entre elas. Ainda assim, suas divergências orbitam em torno de um problema comum: o desenvolvimento econômico. A rigor, são mais diferenças de métodos do que de objetivos: estão nas maneiras de trilhar o caminho, mas não no ponto final ao qual ele deveria conduzir. A convergência para a temática do desenvolvimentismo mostra sua centralidade. Era não apenas o eixo aglutinador do debate, mas também o vértice para a definição das políticas do período.

Articulado como projeto de modernização das estruturas sociais e econômicas, o desenvolvimentismo marcou as discussões do pós-guerra. Em seu núcleo repousava a promessa de reformulação da ordem capitalista, uma reformulação que pudesse não apenas reconstruir o mundo, mas embalá-lo em uma onda de prosperidade. Como Roberto Campos definiria, ele era uma “ideia-força”² do capitalismo: um novo imaginário, a funcionar como uma potência catalisadora do pensamento e da ação políticos.

Segundo o mesmo Campos, a maneira de conceber o tema deixava ver uma mudança do capitalismo e de seus marcos civilizatórios. Ela, a mudança, estaria no “tratamento teórico, assim como na conceituação política do tema do desenvolvimento econômico”. Dois elementos eram essenciais na transformação. O primeiro deles: o abandono do “determinismo geográfico e biológico” como explicador da condição dos países subdesenvolvidos. O segundo: o surgimento de uma “consciência de responsabilidade internacional no tocante à promoção do desenvolvimento econômico”. Ambos, juntos, reposicionavam o problema. O primeiro, por situar o subdesenvolvimento no reino da história, fazia dele um produto da ação humana, desnaturalizando-o. Tratava-se de uma estrutura que poderia ser superada. Já o segundo implodia os marcos meramente nacionais: estabelecia que o grau de integração econômica exigia um “sentido de responsabilidade cooperativa internacional na disseminação do desenvolvimento econômico, que antes era

2 O documento citado foi, originalmente, uma conferência realizada na Escola de Guerra Naval. Posteriormente, o texto foi reproduzido na Escola Superior de Guerra para ser usado em seus cursos. Campos, Roberto. (1953) Observações sobre a Teoria do Desenvolvimento Econômico. (Folheto). I – 17 – 53. 1953. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 4.

tido como privilégio ou monopólio de determinadas raças ou continentes”³. A dupla mudança interpretativa reformulava as coordenadas políticas. Ela não apenas abria caminho para a transformação, como sinalizava a construção de uma agenda global para viabilizá-la.

As palavras de Campos sistematizavam os pressupostos em torno dos quais uma discussão internacional vinha se travando. Elas estavam perfeitamente alinhadas às políticas de Harry Truman que, já em 1949, lançou um programa que ficaria conhecido pelo nome de Ponto IV. Em seu centro estava a ideia de que os EUA deveriam fornecer aos países da América Latina a expertise necessária para promover um amplo projeto de superação do subdesenvolvimento. Identificar os recursos necessários para a tarefa e realizar operações de racionalização e administração sobre eles eram o núcleo da agenda. No Brasil, o programa daria origem à Comissão Mista Brasil-EUA que, entre 1951 e 1953, atuaria em vários projetos desenvolvimentistas.

Ao Ponto IV se somariam as atividades do Conselho Econômico e Social da Organização das Nações Unidas. Criando fóruns de estudos e sistemas de financiamento, o órgão estruturou um complexo de agências especializadas, destinadas a viabilizar e administrar o esforço de reorganização econômica. Através delas, uma série de programas de desenvolvimento econômico foram pensados e operacionalizados ao redor do mundo. Comissões regionais foram criadas com a mesma finalidade. Dentre elas, a Comissão Econômica para a América Latina, CEPAL, que elaboraria diagnósticos e propostas para lidar com a economia latino-americana. Apesar dos diferentes procedimentos e ênfases destas instituições, certamente não negligenciáveis, todas estavam assentadas no pressuposto de que a superação do subdesenvolvimento era uma tarefa possível, a ser partilhada mundialmente. Era isso que dava sentido à sua existência. O desenvolvimentismo era seu consenso e, longe de ser um aspecto meramente técnico, era um consenso político, de imaginação, de ação, de agenda.

Como conceito definidor da pauta internacional, o desenvolvimento assentava-se na premissa básica da formação de uma sociedade capitalista moderna, plenamente evoluída. Esperava-se desta sociedade que fosse dinâmica, competitiva, com alto grau de riqueza, agricultura produtiva, industrialização, urbanização, educação, bem-estar social e organização política e institucional. Assim é que o desenvolvimentismo, como movimento para o desenvolvimento, operava: visava fortalecer a economia capitalista e aprimorar seus instrumentos de gestão social. O desenvolvimento trazia consigo os marcos do capitalismo liberal do pós-guerra. Alcançá-lo significava atingir patamares civilizatórios indispensáveis, modernos, em torno dos quais a nação pudesse se construir como um corpo político forte,

3 Campos, Roberto. (1953) Observações sobre a Teoria do Desenvolvimento Econômico. (Folheto). I – 17 – 53. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 5.

seguro e estável em meio a um mundo conflagrado. Era a dimensão econômica da Guerra Total: a Guerra Econômica.

O projeto de desenvolvimento econômico possuía amplitude e complexidade consideráveis. Uma série de outros temas surgiram a partir dele. Planejamento, fortalecimento industrial, composição urbana, trocas no mercado internacional, formação de capital, educação e bem-estar social são alguns dos exemplos mais evidentes. Economistas, militares, cientistas sociais, diplomatas e uma série de outros profissionais, definidos como elites, foram mobilizados para pensar maneiras de viabilizar o que se considerava ser uma agenda de desenvolvimento. Permaneceram ligados por um amplo conjunto de instituições, que forneceram a eles suporte na discussão e elaboração dessa agenda. Foram estes espaços um dos elos fundamentais para definir os rumos políticos do Brasil nos anos 1950 e 1960.

A Escola Superior de Guerra, de maneira geral, e o Curso Superior de Guerra, especificamente, funcionaram como um desses elos. Juntos, ajudaram a montar o complexo de organizações destinadas a analisar e executar projetos de desenvolvimento. No interior do CSG, elites discutiram as maneiras de viabilizar a transformação da economia brasileira e, ao longo do tempo, formaram quadros para atuar no processo de mudança. Ao pautar princípios desenvolvimentistas como a dimensão econômica da Guerra Total, o Curso contribuiu para que a Escola se integrasse ao conjunto de instituições que traçaram os rumos do país naqueles anos.

Desenvolvimento como agenda da Guerra Antitotalitária: um diagnóstico

Em 1954, o coronel Antônio de Mendonça Molina realizou uma conferência no CSG. Sua participação estava vinculada a de dois outros palestrantes, o professor Mário Pedrosa e o jornalista João Baptista Barreto Leite Filho, todos empenhados em discutir aquele que seria um tema constante no Curso: o totalitarismo comunista. Na ocasião, Molina, que procurava elucidar a respeito das táticas de ação do PCB, propôs uma reflexão a respeito da obra de Marx:

“Julgava Marx ser mais fácil a implantação do comunismo nos países altamente industrializados, entretanto, a exemplo do que aconteceu com a Rússia, a prática tem demonstrado que são os povos de estrutura econômica mais fraca, os mais susceptíveis de serem comunizados”.⁴

4 Molina, Antônio de M. (1954) O Comunismo no Brasil. (Panfleto). C -61 – 54. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 6.

As palestras que acompanharam as de Molina foram:

A interpretação do coronel Molina fazia parte de um diagnóstico mais amplo, que vinha sendo discutido internacionalmente. Estava assentada, sobretudo, na premissa liberal das teorias de modernização do pós-guerra, que identificavam a expansão do comunismo à pobreza e ao atraso. Invertendo os postulados de Marx, tais teorias afirmavam que a debilidade econômica, e não sua força, abria espaço para o totalitarismo comunista. Economias desorganizadas e vulneráveis eram um impedimento para a construção de democracias fortes e estáveis, capazes de enfrentar a ameaça totalitária com sucesso. Dai que, como assinalado por Fiúza de Castro, do fortalecimento do potencial econômico dependesse a segurança da nação, entendida como a manutenção de seus ideais liberais democráticos. O desenvolvimento econômico, na medida em que reduzia a miséria e solidificava a organização social, era essencial na estratégia de combate ao comunismo totalitário⁵.

A Revolução Russa sustentava o argumento. A seu modo, ela recolocou o problema. Diferentemente do que previra a teoria marxista, a Revolução estourou em um país fundamentalmente agrícola, de organização aristocrática. Tratava-se de um lugar onde não se havia trilhado as etapas fundamentais que levariam ao socialismo: o país sequer passara por uma Revolução Burguesa clássica, já que ainda vivia no regime de czares. A Rússia evidenciava que a ligação entre socialismo e pobreza era menos etapista do que se supunha: sua Revolução ocorrera em país muito pouco desenvolvido. Em muitos sentidos, a experiência russa funcionava como um laboratório a reafirmar a premissa fundamental da reflexão: a ligação entre atraso e miséria, marcas do subdesenvolvimento, com o comunismo.

O pressuposto, definido nas teorias de modernização, de que o desenvolvimento econômico superaria a pobreza e evitaria o caminho para o comunismo, tornou-se uma dimensão estruturante dos debates no interior do CSG. Tratava-se de uma discussão por princípios civilizatórios, em cujo centro estava o surgimento, a organização e o funcionamento da economia capitalista. A capacidade do capitalismo de se desenvolver para responder às demandas sociais exigia que ele passasse por um reexame que incluísse,

Pedrosa, Mário. (1954). *A Ideologia Comunista*. (Panfleto). C – 59 -54. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias.

Leite Filho, João B. (1954). *Estratégia e Tática do Comunismo*. (Panfleto) C – 60 – 54. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias.

Curiosamente, enquanto Mário Pedrosa era um importante crítico de arte e ex-membro do PCB, que se manteve à esquerda durante toda a vida, João Baptista Leite Filho abandonou a militância marxista, dedicando-se ao jornalismo e à carreira diplomática.

⁵ Para um trabalho que investiga o aspecto antitotalitário do desenvolvimentismo, ver: Penholato, Diego. (2017). *José Garrido Torres nas sombras do poder: um economista na construção do projeto de modernização de 1964*. São Paulo: USP, dissertação de mestrado.

também, seu passado. Foi o que argumentou Pedro Freire Ribeiro quando, em conferência onde fazia um balanço do pensamento socialista, afirmou:

“Infelizmente, nos primeiros tempos da Revolução Industrial na Inglaterra, França e Alemanha, países em que se iniciou as novas condições de utilização da mão de obra, tornaram particularmente dura a situação do trabalhador. O custo das novas máquinas tornou impossível a iniciativa industrial sem acúmulo de capitais. Isto e a destruição dos velhos grêmios de artífices produtores, a proibição de associações operárias, a simplificação das tarefas nas fábricas pela divisão do trabalho, o êxodo do camponês provocado pelo baixo valor dos produtos agrícolas (normal em uma sociedade que se industrializa) obrigou os produtores a alugarem sua força de trabalho em bases extremamente insatisfatórias. Doze, quatorze, dezesseis e mais horas de trabalhos diárias, crianças amarradas às máquinas, proibição de associações operárias, nenhuma medida de proteção social do trabalhador, condições insalubres de trabalho e moradia, alimentação deficiente, eram normais. As crises provocadas pela competição desordenada e pela especulação (males, aliás, que não eram novos) completavam o quadro. Tal foi o ambiente em que surgiram as reivindicações socialistas e a ascensão da classe proletária. A natureza de tais reivindicações e o caráter da luta derivam daquelas condições”⁶.

O autor partia da constatação de que o socialismo, como ideologia, havia sido gerado por um capitalismo liberal predatório, de laissez-faire. O socialismo surgia como sintoma e não causa: aparecera na história como o fruto da exploração econômica intensa. A necessidade ampliada de acúmulo de capital, somada à competição sem qualquer regra, destruíram as condições tradicionais de trabalho. O resultado era uma pobreza generalizada, para a qual o socialismo aparecia como uma resposta. Daí o autor mencionar que as “circunstâncias favoráveis para a teoria e ação socialistas” tivessem surgido neste momento, “quando a Revolução Industrial começou a influir sobre a sociedade burguesa, provocando transformações que iriam, em 100 anos, modificar mais as condições de vida do homem do que os últimos sete milênios”.⁷

Ainda que o autor não simpatizasse com o socialismo, reconhecia que a questão social, em torno da qual ele se organizara, lhe conferia certa legitimidade. A crítica ao capitalismo liberal voraz, de laissez-faire, tinha sua razão de ser: o problema da pobreza de fato existia e era preciso enfrentá-lo. Sua divergência não estava no diagnóstico, mas na solução: o enfrentamento da questão poderia ocorrer pelo próprio capitalismo. A premissa

6 Ribeiro, Pedro F. (1951) O comunismo: de Karl Marx a Stálin. (Panfleto). B – 17 -51. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 4.

7 Ribeiro, Pedro F. (1951). O comunismo: de Karl Marx a Stálin. (Panfleto). B – 17 -51. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 3.

era desdobrada em um apanhado histórico, que mostrava como o desenvolvimento capitalista, em novas bases, que permitissem a organização operária, acabava por atender a parte das demandas dos trabalhadores, trazendo-os para dentro do sistema político existente e evitando soluções radicais, de ruptura. Segundo ele, o processo, que teria ocorrido na Alemanha, França e Inglaterra, possuía nos EUA seu modelo. Lá, a “indústria desenvolvia-se em novas bases”: voltada para o mercado interno e, conseqüentemente, preocupada com o poder aquisitivo das massas. O que poderia haver de reivindicações operárias era administrada pela American Federation of Labor. Era o motivo pelo qual afirmava que “as condições dos Estados Unidos não eram propícias para uma ação social revolucionária e nem mesmo através de um socialismo evolucionista”, afinal, o país começava a “mostrar que certos problemas proletários poderiam ser resolvidos sem grande pressão de base socialista”.⁸

O que a conferência de Ribeiro colocava acabaria por se tornar um dos lugares comuns no Curso. A ideia de que o desenvolvimento econômico era um instrumento para esvaziar o aspecto revolucionário e totalitário do socialismo, já que absorvia seu potencial radical, foi uma premissa de base para as discussões no CSG. Organizada nas teorias de modernização, ela funcionou como um alicerce partilhado, em cima do qual diferentes visões sobre o problema puderam se organizar.

Acompanhando-a, e como parte dela, outra ideia norteava a agenda de debates do Curso, marcando mais um consenso: o capitalismo precisava ser reorganizado, colocado em outras bases. Se o desenvolvimento econômico era o objetivo, ele não poderia ser alcançado por um capitalismo liberal ao estilo *laissez-faire*. O desenvolvimentismo trazia consigo uma revisão do liberalismo clássico. Foi o que explicou o deputado federal Israel Pinheiro em 1950, já no segundo ano de funcionamento do CSG:

“O regime de livre concorrência promoveu, é verdade, o enriquecimento de muitos países do mundo atual, mas, ao mesmo tempo, conduziu esses países a graves problemas sociais, resultantes da excessiva concentração de potencial econômico. Para corrigir tais excessos nocivos ao equilíbrio social foi preciso dotar o Estado de um poder regulador e coordenador, não para revogar o velho conceito de liberdade individual, mas para solucionar os males do enriquecimento desordenado, fonte de desajustamentos sociais.
(...)

⁸ Ribeiro, Pedro F. (1951). O comunismo: de Karl Marx a Stálin. (Panfleto). B – 17 -51.. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 19. Coerente com sua reflexão, o autor reafirmava a interpretação corrente de que este era o motivo pelo qual a revolução socialista rebentara na Rússia. Era neste país que as condições estavam colocadas. Dizia ele que “em 1917, o estado da Rússia era deplorável: as derrotas militares, a corrupção administrativa, o autoritarismo do governo, a crise econômica tornavam a situação intolerável”. PP. 21. Esta passagem reafirma o grau de relativa legitimidade que o autor dava ao socialismo.

A intervenção do Estado deve ser orientada no sentido de restaurar a cooperação, regularizar a concorrência, tornar equitativa a distribuição de modo a evitar desequilíbrios, revoluções ou catástrofes. As graves crises que, depois da guerra de 1914, tem acometido o mundo provaram suficientemente a necessidade da ação estatal no campo econômico, orientando e assistindo a produção. Essa verificação ficou particularmente clara depois do último conflito que ensanguentou quase todas as nações da terra, abalando-lhes os sistemas econômicos e perturbando o intercâmbio internacional. As grandes massas humanas buscam ainda satisfazer as suas reivindicações justas, sem que se lhes tenha encontrado uma fórmula que garanta um estado de prosperidade coletiva mais elevada e mais segura. O individualismo exagerado, à vista do quadro mundial que se nos apresenta, não poderá corresponder mais às necessidades da sociedade atual”⁹.

Duas Guerras Mundias, entremeadas por uma crise que abalou o sistema financeiro internacional, desmoronaram a crença de que a mão invisível do mercado levaria a um mundo de harmonia, paz e progresso contínuo. Ao contrário: admitia-se que a concorrência desenfreada e o individualismo excessivo criavam instabilidade ao sistema, atrapalhando seu desempenho, o que acabava por arremessá-lo em uma espiral de catástrofe social e política. Corrigir os excessos do liberalismo laissez-faire era, portanto, uma necessidade para fazer com que o capitalismo funcionasse bem. Era um pré-requisito para o objetivo de instaurar uma nova modernidade capitalista, uma nova aurora liberal¹⁰.

Para que o empreendimento fosse bem-sucedido, era necessário promover a uma revisão do papel do Estado. Longe de ser um agente intruso, causador de desequilíbrio em uma ordem supostamente natural, ele era um elemento fundamental para a organização de uma economia capitalista de bases sólidas. Partia-se da ideia de que a superação do subdesenvolvimento exigia uma ação coordenada, de planejamento: uma ação que deveria ser orquestrada pelo Estado. Como em 1954 explicava o professor de assuntos psicossociais da Escola, o tenente-coronel Geraldo de Menezes Cortes, intervenção estatal e liberalismo não eram necessariamente opostos. Ao contrário:

“O planejamento econômico não é incompatível, como julgam alguns, com o sistema de governo democrático, do bloco ocidental a que pertencemos. O conceito de liberalismo no mundo moderno não corresponde mais àquela forma absoluta inicialmente apregoada, pois na realidade o atual regime econômico liberal corresponde a um liberalismo relativo, em que pese a força do liberalismo puro da doutrina que o inspirou.

9 Pinheiro, Israel.(1950). A Influência do Orçamento sobre a Economia Nacional. (Folheto). A – 36 -50. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 2.

10 Para um trabalho que faz um apanhado do debate sobre a reconfiguração do liberalismo de laissez-faire, com destaque para a participação das elites jurídicas, ver: Cattai, Julio B P. *US Power and the Social State in Brazil: Legal Modernization in the Global South*. No Prelo.

Dia a dia, mais o homem sofre um certo cerceamento em suas atividades, reconhecido como útil, e mais do que útil, necessário ao grupo social a que pertence e conseqüentemente a si próprio. A intervenção do Estado, o dirigismo estatal e o planejamento mais ou menos parcial da economia vêm correspondendo, nos países democráticos, a práticas e tentativas diversas, para resolver os principais problemas ou as graves crises que ameaçavam e ameaçam a própria sobrevivência de cada povo”.

11

O chamado “liberalismo relativo”, ao mesmo tempo em que assegurava o papel do Estado como ente importante na promoção do desenvolvimento, reafirmava a existência do indivíduo em sua dimensão econômica: a iniciativa privada. Era através deste preceito que se mantinham resguardados os postulados do liberalismo clássico. O princípio da acumulação não era contestado: ele era legítimo, ainda que devesse possuir limites. Sua fronteira era de natureza social. O objetivo claro era diferenciar esta intervenção daquela promovida pelo socialismo. A intervenção socialista era totalitária: nela só existia o Estado que, ao absorver a sociedade, eliminar a propriedade privada e as classes, esvaziava a ação individual. Tratava-se de uma planificação rija, que cimentava a economia de ponta a ponta, sufocando qualquer liberdade de iniciativa. Como seu oposto, o planejamento estatal liberal promovia coordenação de atividades, o que incluía pensar a questão social, mas não sem garantir o princípio capitalista do acúmulo privado da riqueza.

A reconstrução do liberalismo de laissez-faire e sua conseqüente construção de um Estado liberal, oposto ao Estado totalitário comunista e com funções de planejamento, tornou-se um pano de fundo do Curso Superior de Guerra. É verdade que os conferencistas muitas vezes divergiram sobre qual deveria ser exatamente a atividade do Estado. Questões que envolviam financiamento, poupança, inflação, orçamento e muitas outras foram abordadas de diferentes modos. Até mesmo o tipo de planejamento a ser empreendido foi debatido, afinal: quais setores deveria envolver? Deveria ser mais localizado ou mais amplo? Ainda assim, todos concordavam que o Estado precisava assumir um papel de proa na organização econômica. O planejamento estatal, articulado à iniciativa privada, era uma condição essencial para superar o subdesenvolvimento.

Como axioma, o planejamento necessitava da existência de planejadores. A tarefa de superação do subdesenvolvimento exigia a formação adequada de quadros. Foi o que afirmou, já em 1951, o professor de direito San Tiago Dantas. Para Dantas, “a falta de uma elite treinada para as tarefas de uma vida econômica complexa constitui uma das limitações

11 Cortes, Geraldo de M. (1954). Introdução à técnica de planejamento governamental: o planejamento governamental. (Panfleto). C-28 -54. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP.8.

mais sérias de que sofrem os países subdesenvolvidos”. A constatação era de que, muitas vezes, faltava uma elite devidamente capacitada para atuar em projetos desenvolvimentistas, o que acabava por inviabilizar tais projetos. De qualquer maneira, a situação não era específica do Brasil: tratava-se de um “problema comum à Ásia e à América Latina”¹². Criar mecanismos que formassem profissionais eficazes, para atuar em áreas-chave, era uma preocupação mundial, sobretudo para o mundo considerado não desenvolvido. Eles seriam a elite de técnicos: aquela que deveria ocupar posições no Estado e na iniciativa privada, articulando-os em um esforço planejado de desenvolvimento econômico.

A Escola Superior de Guerra, de forma mais ampla, e o Curso Superior de Guerra, de maneira específica, vinham ajudar a suprir essa carência. Eram dispositivos importantes na formação e organização de elites que pudessem definir e implementar projetos desenvolvimentistas. Com tal finalidade, e assentados em tais pressupostos, interligavam-se a uma série de outros órgãos, nacionais e internacionais. Tratavam-se de órgãos como a Confederação Nacional das Indústrias (CNI), a Faculdade Getúlio Vargas (FGV), a Comissão Mista Brasil-EUA (CMBEU), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL). Agindo assim, a ESG se integrava ao extenso complexo de agências, todas entrelaçadas pela ampla agenda do desenvolvimento econômico, e acabava por tornar-se, ela própria, parte do complexo.

Foi articulado a essa ampla agenda, instituída no arcabouço das teorias de modernização, que o Curso construiu sua base. As discussões nele organizadas estavam sedimentadas em um esforço mais extenso, que ocorria ao redor do mundo. Pensar maneiras de vencer o subdesenvolvimento, típico de sociedades tradicionais, e construir uma sociedade moderna, além de qualificar elites para o trabalho, tornou-se um de seus principais imperativos. No centro da agenda estava um pilar fundamental: o enfrentamento econômico da Guerra Total, a Guerra Econômica, essencial para o combate ao totalitarismo de esquerda. Assentado neste conjunto de proposições é que o CSG se somou ao esforço mais amplo de tentar colocar o país nas trilhas da modernidade.

Planejar a economia.

12 Dantas, Francisco C S T. (1951). Problemas do Extremo Oriente. (Panfleto). B-033-51. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 19. Dantas via na Coréia o melhor exemplo asiático de elites treinadas. O Japão ficava em segundo lugar. Mesmo assim, salientou que: “a educação japonesa aproveitou intensamente os coreanos, que figuram entre os raros povos da Ásia, com uma elite educada para a vida industrial, com certa experiência em administração em grande escala.” PP. 19.

A inauguração do Curso Superior de Guerra aconteceu em 1949. Em 18 de maio do ano seguinte, o Congresso Nacional aprovou um plano que havia sido anunciado dois anos antes: o Plano SALTE. O nome trazia as iniciais das áreas onde deveriam ser concentrados os esforços de desenvolvimento: Saúde, Alimentação, Transporte e Energia. Seu intuito era promover uma aceleração no ritmo do crescimento econômico brasileiro. Por ocasião da aprovação do Plano, um de seus relatores, o então deputado e membro da Comissão de Finanças da Câmara Federal, João Arruda, proferiu uma conferência no CSG. Após caracterizar o Plano como “o primeiro planejamento econômico em grande escala tentado em nosso país”, afirmava:

“Aqui não se pensará, por certo, que o planejamento seja obra dos governo totalitários e, acreditar-se-á, como nós, que planejar é estabelecer um objetivo e estabelecer o meio de alcançá-lo; planejar é prever, é organizar, é realizar obra de conjunto e, nessas condições, não há porque se desejar que a democracia seja um regime dispersivo e imprevidente. (...)”¹³

Embora o projeto inicial do Plano SALTE tenha sofrido críticas e passado por modificações até ser extinto em 1954, por ocasião da posse de Café Filho, ele sintetizava muitas das aspirações que seriam perseguidas dali em diante. A maneira como o Plano vinha discutido deixava ver sua preocupação com o processo de reestruturação econômica em andamento. A elaboração do ato de planejar, como premissa de base para o desenvolvimento econômico, se tornou uma constante. Proferida no ano inicial de atividades do Curso, a conferência esclarecia aquilo que se supunha da função planejamento: previsão, organização, trabalho em equipe.

Projetar objetivos era um ponto de partida importante. Se, a rigor, o objetivo último era a produção de uma sociedade moderna, era preciso decompor os pontos de trabalho que levariam ao seu alcance. Em síntese: era necessário conhecer os mecanismos de gestão que produziriam o desenvolvimento e fortaleceriam o “poder econômico nacional”. Dado que os recursos eram, em geral, escassos, somente pela organização e alavancagem dos melhores mecanismos para utilizá-los é que o resultado seria alcançado. Racionalizar o funcionamento dos dispositivos econômicos responsáveis pelo desenvolvimentismo era das preocupações essenciais do Curso.

Foi o quê, em 1951, José Nunes Guimarães sintetizou: “a atividade econômica pode ser definida como a aplicação do esforço mínimo destinado a conseguir um dos diferentes

13 Arruda, João P. Plano SALTE e o Orçamento. (1950). (Folheto). A – 003 -50. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 1.

objetivos que simultaneamente disputam nossa preferência”¹⁴. Ao comparar a economia à guerra, definia que o princípio que deveria regê-las era o “processo racional”, o “princípio hedonístico”, ou seja, a capacidade de potencializar recursos, de realizar mais com o menos possível. A conferência de Guimarães era, em si mesma, parte de um exercício de racionalização. Nunes compunha um conjunto de “técnicos” que naquele ano ministrariam conferências no CSG sobre a temática da “economia política”. Os conferencistas viriam de instituições renomadas, ligadas aos principais debates que ocorriam ao redor do mundo. A Nunes, que era um dos fundadores do Núcleo de Economia da FGV e que por esta época trabalhava no Banco do Brasil e na Assessoria ao Ministério da Fazenda, se somaria Giorgio Mortara, assessor técnico do Conselho Nacional de Estatística e Chefe do Departamento de Pesquisas Demográficas do IBGE; Alfredo Lisboa Browne, que havia estudado economia na Universidade de Columbia e agora era professor da Faculdade Nacional de Economia; e Genival de Almeida Santos, professor na UFRJ e membro do Instituto Brasileiro de Economia, da FGV.

Cada qual a seu modo, as conferências indicavam os eixos que consideravam centrais para o desenvolvimento econômico. Elas versavam, respectivamente, sobre “definições e princípios gerais” de economia política; “demografia”; “produção”; e “trabalho”¹⁵. Todas estavam empenhadas em demonstrar métodos de racionalização, entendidos como as maneiras a partir das quais seus objetos poderiam ser devidamente programados com vistas ao desenvolvimento. Assim é que a apresentação do vocabulário que compunha as teorias econômicas, das formas de distribuição e controle populacional, dos procedimentos produtivos e dos componentes do mundo do trabalho se tornava fundamental. Elas eram partes importantes para organizar uma poderosa obra de transformação, em cujo centro estava a definição e implementação de técnicas de gerenciamento social, político e econômico.

As conferências estavam alinhadas tanto às discussões que integravam o esforço mundial de reorganização econômica, empreendido desde o pós-guerra, quanto às iniciativas do governo brasileiro de participar desse esforço. O pressuposto, partilhado internacionalmente, de que a economia deveria ser planejada, foi base de uma série de políticas no Brasil. Uma das mais importantes entre elas: o Plano Lafer.. Empossado Vargas

14 Guimarães, José Nunes. (1951) Economia Política: definições e princípios gerais. (Folheto). A – 001 -51. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 1.

15 Guimarães, José Nunes. (1951). Economia Política: definições e princípios gerais. (Folheto). A – 001 -51. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias.

Mortara, Giorgio. (1951). Economia Política: demografia. (Folheto). A – 002 – 51. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias.

Browne, Alfredo L. (1951). Economia Política: produção. (Folheto) A – 003 – 51.

Santos, Genival (1951). A. Economia Política: trabalho. (Folheto). A -005 – 51. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias.

em 1951, seu governo deu origem ao “plano de reaparelhamento econômico”: um amplo programa, com auxílio financeiro dos EUA, que tinha como objetivo principal a viabilização de projetos de desenvolvimento, sobretudo em relação à infraestrutura. Do plano nasceriam iniciativas importantes, como a Comissão Mista Brasil-EUA (CMBEU) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE). Dele participariam, ainda, técnicos vindos de muitas instituições, como a FGV e a CEPAL. Muitos se tornariam palestrantes assíduos no Curso Superior de Guerra, o que mostra a afinidade com as políticas desenvolvimentistas do governo. No essencial, aquilo que dividiam era a própria maneira de conceber o problema, as coordenadas em torno das quais ele se organizava: era o que viabilizava a circulação de pessoas e ideias.

A racionalização da atividade produtiva e a reestruturação administrativa estavam no centro daquilo que os unia: eram funções vitais do planejamento. Entre fevereiro e março de 1952, o Rio de Janeiro abrigou, com patrocínio da FGV e da UNESCO, o Seminário Internacional sobre Problemas de Administração Pública. Naquela ocasião, o então membro da Comissão Mista Brasil-EUA, Roberto Campos, elaboraria uma tese que a partir do ano seguinte passaria a circular em forma de texto no Curso Superior de Guerra¹⁶. Nela, após um breve apanhado histórico das experiências liberais clássicas e soviética, Campos afirmava:

“De modo geral, entretanto, a intenção de planejar passou a ser um datum político e sociológico, não restando aos economistas outro recurso que aplicar o seu instrumental analítico ao desenvolvimento de uma técnica planificadora. A questão é hoje menos de saber se os governos devem ou não intervir no domínio econômico, através do planejamento, que determinar a forma e o escopo desta intervenção”¹⁷

O planejamento era o instrumento para vencer o subdesenvolvimento: aí estava o consenso. Segundo Campos, os países subdesenvolvidos padeciam de um “círculo vicioso do subdesenvolvimento”, que acabava por recolocá-los sempre na mesma posição. Reverter o quadro era o desafio fundamental. As tarefas mais imediatas seriam: “a) compensar a debilidade da iniciativa privada e b) utilizar economicamente os minguados recursos de que

16 Na contracapa do documento, consta: “A Escola Superior de Guerra agradece a cooperação da Fundação Getúlio Vargas, que possibilitou a reprodução deste trabalho para a utilização nos cursos da Escola”. Campos, Roberto O. (1952) Planejamento do Desenvolvimento Econômico de Países Subdesenvolvidos. (Folheto). I- 16 – 53. Fev – Mar. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. Contracapa.

17 Campos, Roberto O. (1952). Planejamento do Desenvolvimento Econômico de Países Subdesenvolvidos. (Folheto). I- 16 – 53. Fev – Mar. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 8. Grifo do original.

dispõe”¹⁸. Alcançá-las exigia a estruturação de uma “eficiente iniciativa pública”, que fosse capaz de romper o círculo vicioso. O planejamento era a iniciativa: uma força de reorganização, articulada pelo Estado, que superasse as debilidades estruturais do sistema, permitindo que ele se realizasse por completo.

Na medida em que defendia o planejamento como método para realização do capital, a tese negava a essência do *laissez-faire* sem negar os princípios do liberalismo capitalista. A diferença entre capitalismo liberal e socialismo não estava na existência do planejamento estatal em si, mas no sentido diverso que o planejamento adquiria em cada um dos regimes. Se no regime soviético o Estado organizava a demanda global de produção e consumo, no capitalismo ele era um exercício de “coordenação dos planos públicos e privados”. No planejamento capitalista, o Estado agia mediante estímulos, negociações e articulações. Diferentemente do caso soviético, que formava burocratas para controlar o conjunto da economia e da sociedade, “o planejador” capitalista deveria “apresentar os valores e objetivos da planificação sob forma que reduza a resistência e inércia do setor privado”¹⁹. Iniciativa individual e propriedade privada permaneciam resguardadas e, com elas, o princípio da acumulação. O planejamento para o desenvolvimento se organizava como um consenso econômico dentro das estruturas do capitalismo.

Impressa e colocada para circular no CSG em 1953, à tese de Campos viriam se somar outras, com problemática e teor análogos. No mesmo ano, Celso Furtado realizaria uma conferência com o sugestivo título de “O Planejamento Econômico”. Naquela altura, o economista cepalino trabalhava com Campos. Ambos integravam o Grupo Misto de Trabalho CEPAL-BNDE: um convênio firmado entre as duas instituições para pensar problemas de desenvolvimento. Através de sua fala, Celso Furtado procuraria aprofundar o tema do planejamento, introduzindo para os alunos da Escola a expertise que a CEPAL vinha acumulando sobre o tema²⁰.

18 O trecho citado é uma síntese. Em outro momento, Campos menciona as “características especiais dos países subdesenvolvidos, que tornam o planejamento econômico e a intervenção estatal mais prementes e importantes do que nos países já desenvolvidos”. São elas; I) debilidade da iniciativa privada (de investimento e treinamento); II) concentração de recursos (baixo nível de poupança, com dificuldade de investimento); III) faculdade telescópica (busca de lucros imediatos, que obliteram visão de conjunto, para o investimento); IV) velocidade do desenvolvimento (capacidade articulada do sistema de crescer, de forma sustentável). Campos, Roberto O. (1952). Planejamento do Desenvolvimento Econômico de Países Subdesenvolvidos. (Folheto). I- 16 – 53. Fev – Mar. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 20.

19 Campos, Roberto O. (1952). Planejamento do Desenvolvimento Econômico de Países Subdesenvolvidos. (Folheto). I- 16 – 53. Fev – Mar. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 50.

20 Em carta enviada a Raúl Prebisch, Furtado trataria da ocasião. Lá, após mencionar ter sido convidado pelo comandante da ESG, general Juarez Távora, diria considerar que a oportunidade era “extremamente interessante para expor o que a CEPAL já faz nesta matéria (de planejamento)”. Completava dizendo que consideraria “o convite como uma deferência à CEPAL” e chamaria “a atenção para o fato de que me limitarei a expor os ensinamentos que estão enfeixados em estudos já

Furtado iniciava sua conferência indicando que o planejamento era o instrumento para produzir aceleração do crescimento econômico e superar a situação de subdesenvolvimento na qual se encontrava a economia brasileira. A seguir, esboçava uma definição de planejamento como consistindo “basicamente na coordenação e intensificação das inversões e numa política encaminhada a lograr a racionalização do uso dos recursos humanos e materiais que a economia tem à sua disposição”. Furtado colocava o problema de forma análoga a Campos: fortalecer a economia significava ser capaz de transformá-la de maneira organizada. A isso, genericamente, correspondia o conceito de planejamento.

O economista cepalino reafirmaria seus pressupostos em um conjunto de palestras realizadas no ano seguinte. As conferências de 1954 aprofundavam os pontos-chave levantados antes: definiam o planejamento como o instrumento para vencer o subdesenvolvimento, elencavam suas áreas prioritárias e esboçavam os modos pelos quais deveria ser realizado. Furtado insistiria na tese de que “se conhecemos em seus detalhes o mecanismo do sistema econômico, poderemos introduzir nestes mecanismos certos elementos de racionalidade, incrementando assim a sua eficiência”. Para ele, não se tratava de “substituir o mecanismo existente por um outro e, sim, aumentar a eficiência daquele que já existe”. Nisso estava o que ele considerava ser a “ideia central de planejamento econômico”: conhecer e dominar um conjunto de técnicas que permitissem engendrar reformas na economia, otimizando-a. Não se tratava de transformar os eixos em cima dos quais o sistema estava construído, mas de melhorá-los.

Segundo o economista, a definição de objetivos a longo prazo e a capacidade de organizar previsões, o que ele definia como “técnica de projeção”, eram fundamentais. Furtado argumentava que era preciso mapear as possibilidades de expansão do consumo e dos setores produtivos e, a partir daí, programar um crescimento sustentável e ordenado da economia, que evitasse a formação de capacidade ociosa. Se as decisões envolvidas no processo traziam custos sociais e políticos, cabia à economia fornecer subsídios para que fossem tomadas da melhor maneira possível.

A ideia de planejamento, como pensada por Campos, Furtado e os demais economistas do CSG, estava assentada em uma definição comum daquilo que era o poder econômico. Em conferência de 1953, Campos afirmaria que esse poder se “funda em três grupos de fatores:

a) fatores materiais, como a localização geográfica e a estrutura geológica;

publicados pela Comissão”. In: Aguiar, Rosa F. (2021). **Celso Furtado**: correspondência intelectual (1949 – 2004). São Paulo: Companhia das Letras. PP. 392.

b) fatores humanos, que podem ser de natureza quantitativa, como a população, ou de natureza qualitativa, como o grau de avanço tecnológico desta população;

c) fatores mistos, como a indústria, que envolve a aplicação de fatores humanos sobre fatores materiais”.²¹

O poder econômico era uma estrutura determinada pelos aspectos quantitativo e qualitativo do processo produtivo, isso é: pela capacidade de transformação dos recursos naturais, através do trabalho humano, em bens. A mudança preconizada pelo desenvolvimento, na medida em que correspondia a uma aspiração de aumento desse poder, deveria modificar a cadeia produtiva que o configurava. A modificação exigia procedimentos conexos, realizados sobre as três variáveis de recursos (materiais, humanos e industriais) e sobre a infraestrutura que os sustentava. Ainda que em diferentes níveis, eram elas o objeto do planejamento. Daí que no interior do Curso houvesse uma concepção comum, que levasse os conferencistas a definir as mesmas áreas prioritárias para a economia: agricultura, trabalho e indústria, juntamente a comunicações, transportes e energia²². Eles eram os eixos de sustentação para qualquer projeto de desenvolvimento econômico, eram os elementos sobre os quais as operações de racionalização e organização deveriam acontecer.

Em torno dessa base conceitual comum se estruturava a agenda. O esforço de elencar os aspectos prioritários para a economia era indispensável: organizava o vocabulário e, conseqüentemente, as coordenadas de raciocínio. A despeito de suas

21 Campos, Roberto O. (1953) O Poder Nacional – Seus Fundamentos Econômicos (2º Parte). (Folheto). A – 06 – 53. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 2.

A avaliação geral de Campos a respeito dos fundamentos do poder econômico convergia com a de Furtado, que dizia: “(...) que fatores são básicos na determinação do ritmo de crescimento desta produção (produção interna)? Vale a pena chamar a atenção, desde logo, para o que poderíamos designar de pré-requisitos de desenvolvimento desta produção na economia subdesenvolvida. Estes pré-requisitos são a existência de recursos naturais ainda não utilizados; a disponibilidade de recursos subutilizados de mão de obra; aptidão para assimilar a técnica que a acumulação de capital traz necessariamente consigo. (...)”. Ou, nas palavras de Campos: “o poder econômico se expressa no domínio do homem sobre recursos naturais”. Ver: Furtado, Celso. (1954). O Planejamento Econômico nos Países Subdesenvolvidos – Técnica de Planejamento (1ª Parte). (Folheto). C – 75 – 54. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP. 4.

22 Em 1952, Juarez Távora realizaria uma conferência sobre a Guerra Econômica. Nela, Távora diria que: “os fatores integrantes do potencial econômico dividem-se em 2 grupos”: “a) fatores essenciais: compreendendo, - potencial humano, - disponibilidade de matérias-primas, - capacidade industrial; b) fatores circunstanciais: - disponibilidade de energia, - sistemas de transportes, - sistemas de comunicações”. A conferência de Távora mostra o esforço do Curso em sistematizar aquilo que consideravam os eixos da discussão econômica desenvolvimentista. Vale dizer que esta conferência foi retomada ao longo do tempo, aparecendo citada em outros trabalhos. Ver: Távora, Juarez F. (1952). Importância do potencial econômico na guerra moderna. (Folheto). C-005-52. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. Grifos do original. PP. 2

divergências, os membros do CSG estavam, através do mesmo repertório, pensando os mesmos problemas. O pressuposto de que era possível melhorar o desempenho da economia por meio da aplicação de métodos de gerenciamento e organização foi compartilhado. Unia-os a ideia de que o desenvolvimentismo era uma poderosa máquina de transformação, em cujo centro operava uma sofisticada engenharia de programação. Sua função era azeitar as engrenagens da máquina. O arcabouço básico das teorias de modernização, o caminho para uma modernidade que reconfigurava o liberalismo de laissez-faire através do planejamento, sem alterar a propriedade privada e o acúmulo como princípios do capitalismo, garantiu a coesão das atividades do CSG. Essa base comum permitiria que economistas de diferentes formações, tradições e instituições se encontrassem no Curso para participar de um mesmo esforço coletivo: superar aquilo que viam como o flagelo brasileiro, o subdesenvolvimento.

BIBLIOGRAFIA

Aguiar, Rosa F. (2021). *Celso Furtado: correspondência intelectual (1949 – 2004)*. São Paulo: Companhia das Letras.

Arruda, João P. *Plano SALTE e o Orçamento*. (1950). (Folheto). A – 003 -50. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias.

Browne, Alfredo L. (1951). *Economia Política: produção*. (Folheto) A – 003 – 51. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias.

Campos, Roberto O. (1952). *Planejamento do Desenvolvimento Econômico de Países Subdesenvolvidos*. (Folheto). I- 16 – 53. Fev – Mar. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias

Campos, Roberto O. (1953) *O Poder Nacional – Seus Fundamentos Econômicos (2º Parte)*. (Folheto). A – 06 – 53. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias.

Campos, Roberto. (1953) *Observações sobre a Teoria do Desenvolvimento Econômico*. (Folheto). I – 17 – 53. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias

Castro, Álvaro F. (1954). *A Guerra Total. Estratégia Geral e Princípios*. (Folheto). C – 20 – 54. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias.

Cattai, Julio B P. *US Power and the Social State in Brazil: Legal Modernization in the Global South*. No Prelo.

Cortes, Geraldo de M. (1954). *Introdução à técnica de planejamento governamental: o planejamento governamental*. (Panfleto). C-28 -54. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias.

Dantas, Francisco C S T. (1951). *Problemas do Extremo Oriente*. (Panfleto). B-033-51. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias

Guimarães, José Nunes. (1951). *Economia Política: definições e princípios gerais*. (Folheto). A – 001 -51. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias. PP.

Leite Filho, João B. (1954). *Estratégia e Tática do Comunismo*. (Panfleto) C – 60 – 54. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias.

Molina Antônio de M. (1954). *O Comunismo no Brasil*. (Panfleto). C – 61 -54. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias.

Pedrosa, Mário. (1954). *A Ideologia Comunista*. (Panfleto). C – 59 – 54. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias.

Penholato, Diego. (2017). *José Garrido Torres nas sombras do poder: um economista na construção do projeto de modernização de 1964*. São Paulo: USP, dissertação de mestrado.

Pinheiro, Israel.(1950). *A Influência do Orçamento sobre a Economia Nacional*. (Folheto). A – 36 -50. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias

Ribeiro, Pedro F. (1951) *O comunismo: de Karl Marx a Stálin*. (Panfleto). B – 17 -51. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias

Santos, Genival (1951). *A Economia Política: trabalho*. (Folheto). A -005 – 51. Rio de Janeiro: Biblioteca General Cordeiro de Farias.